



## MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Coordenadoria de Acompanhamento de Ações do Ministério Público

---

**Processo n.:** 776664  
**Natureza:** Tomada de Contas Especial  
**Jurisdicionados:** Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – SETOP e Prefeitura Municipal de São Pedro de Suaçuí

À Coordenadoria de Débito e Multa,

Tomada de Contas Especial instaurada pela Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas - SETOP, visando apuração de possíveis irregularidades na aplicação dos recursos repassados ao Município de São Pedro do Suaçuí, com a interveniência do Departamento de Estradas e Rodagens do Estado de Minas Gerais - DER/MG -, mediante Convênio n. 287/2004.

Consoante Acórdão prolatado na Sessão da primeira Câmara de 09/12/2014 (f. 323), os conselheiros julgaram irregulares as contas do mencionado convênio; e determinaram a restituição do valor de R\$ 21.065,56 (vinte e um mil sessenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos) e aplicaram multa no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) ao Sr. Geraldo Magela dos Reis, Prefeito Municipal à época.

A referida decisão transitou em julgado em 09/11/2015, conforme f. 168.

Em face da ausência de recolhimento voluntário, foi emitida a Certidões de Débito n. 067/2016 (f. 337/338) e n. 068/2016 (f.339/340), com atualização monetária do *quantum debeatur*. Os autos, em seguida, foram encaminhados ao Ministério Público de Contas, para adoção das medidas cabíveis nos termos do art. 32 da Lei Complementar Estadual n. 102/2008.

Destarte, considerando a realização do devido monitoramento remoto das execuções por meio dos ACOMPANHAMENTOS CAMP n. 776664M808 e n. 776664R523 e, encaminham-se os autos à Coordenadoria de Débito e Multa, para os fins dispostos no art. 10, I, e II e art. 12, I e II, da Resolução n. 13/2013, e seu posterior arquivamento.

Belo Horizonte, 31 de março de 2016.

**Mônica de Almeida Fonseca Santos**

Coordenadora de Acompanhamento das Ações do Ministério Público de Contas <sup>1</sup>

(Documento assinado digitalmente disponível no SGAP)

---

<sup>1</sup> Portaria n. 08/2015, do Ministério Público de Contas, publicada no DOC de 11/09/2015.